

DOURADOS/MATO GROSSO DO SUL: SUAS REDES E SEU TERRITÓRIO

Ana Gabriela Araújo*

Antônio Firmino de Oliveira Neto**
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

INTRODUÇÃO

Num contexto de mudanças tecnológicas, que têm no uso cada vez maior da informação e no desenvolvimento da cibernética as bases para a consolidação de uma lógica de produção e comercialização internacionalizada, a sociedade contemporânea passou a viver, sob a égide de um novo tempo¹ garantido pela simultaneidade das ações, ou pela convergência dos momentos. Essa nova relação entre tempo e espaço, agora unificados sob bases empíricas, representa uma só técnica e um só tempo e deu origem ao processo revolucionário de *uma unicidade empírica, a globalização* (SANTOS, 2002, p. 21).

A divisão do trabalho entendida como fundamento básico para o processo de reprodução do capitalismo possui duas dimensões: a *a* *oal*, referente à divisão técnica do trabalho, que objetiva o ganho em produtividade, e a *espacial*, evidenciada à medida que os elementos do aprofundamento da divisão técnica, como concentração de atividades e/ou decisões e especializações produtivas, produzem espaços hierarquizados e diferenciados (SÁNCHEZ, 1997, p. 339-340).

O princípio de divisão territorial do trabalho, com base nas mencionadas dimensões, adquiriu uma escala de alcance global com o progresso técnico-científico alcançado no fim do século XX. Desse modo, produziu e produz novos (re)arranjos territoriais de acordo com as específicas *funções* que os territórios passaram a desempenhar no processo de produção, de modo a garantir sua evolução permanente.

Após definida a funcionalidade dos recortes territoriais, cabe a cada um destes a escolha do meio mais eficiente que conduza a articulação de seus espaços. Sob o paradigma da circulação, que passa a ter papel principal na atividade econômica, e num mundo virtualmente integrado, o que se observa é a criação de uma estrutura espacial produzida a fim de viabilizar essa racionalidade e as novas territorialidades² condizentes com a lógica da fluidez.

Essa territorialidade fluida tem na rede urbana as formas perfeitas de realização, entendidas como o conjunto de subespaços distintos territorialmente, porém articulados funcionalmente entre si (CORRÊA, 1989). Nesse sentido, as redes promovem a conexão dos diferentes lugares sem, contudo, abrangerem todo o território onde se inserem e tampouco a sociedade que ali se encontra. As redes representam, simultaneamente, intervenções inovadoras e/ou excludentes, pois fragmentadas na totalidade espacial, ao integrarem

verticalmente os espaços, opõem-se à horizontalidade do território. Sobre esses “espaços de fluxos”, Santos escreveu:

O que comumente se chama de “espaços de fluxos” na realidade não abrange todo o espaço. Trata-se, na realidade, de um subsistema, formado por pontos ou, no máximo, linhas e manchas, onde o suporte essencial são os artefatos destinados a facilitar a fluidez e autorizar o movimento dos fatores essenciais da economia globalizada (2002, p. 296).

À integração vertical dos espaços, Santos (2002, p. 284) denomina verticalidades. Para o autor,

De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades.

As cidades passam a ser o ponto de intersecção entre as verticalidades e as horizontalidades. Em seus territórios, expressam essa dualidade organizacional, pois passam a conter aspectos da racionalidade global e aspectos da produção sócio-espacial local. A primeira é representada pelo território-rede e a segunda, pelo território-superfície. Assim, tentar compreender a interação entre redes e território pressupõe o reconhecimento de duas lógicas distintas.

Desse modo, é no território, entendido como campo de forças, que se dá a materialização das redes e, por meio destas, o exercício do poder de determinados agentes. Assim,

O território é permeado pela rede, mas vai sempre além dela. Para entender o território não basta compreender a mecânica da rede, é necessário investigar a ação dos atores envolvidos [...]. Também é importante conceber que a rede técnica é pensada, planejada, para depois ser instalada como artefato técnico. [...] Esse caso auxilia o entendimento de que as transformações territoriais não são conseqüências das redes técnicas em si, mas sim das ações dos atores que materializam seu poder de exercício no território (COSTA; UEDA, 2007, p. 19).

Com base nesse entendimento, o estudo das redes técnicas pode contribuir na compreensão da dinâmica do território, desde que não se privilegie uma abordagem maior da técnica em detrimento à social.

No Brasil, os efeitos dessa nova ordem mundial passaram a ser observados com maior intensidade a partir da década de 1990, quando os atores capitalistas começaram a gerir a economia mundial com base em novos conjuntos de ações e objetos. Entretanto, na década de 1970, o Estado autoritário brasileiro já organizava o território nacional objetivando sua inserção na nova lógica de reprodução do capital, dando início ao processo de integração/fragmentação dos espaços que viabilizariam, no futuro, as condições de fluidez do capital.

O projeto geopolítico para a modernização, realizado na década de 1970, não foi determinado pela geografia do Brasil nem se resumiu à sua apropriação física. Teve como marco a intencionalidade do domínio do vetor científico-tecnológico moderno de controle do tempo e do espaço para alcançar o crescimento econômico e a projeção internacional. Convergido num projeto de governo gerido pelos militares, resultou numa série de iniciativas isoladas e em tomadas de decisões segundo as condições do momento (BECKER; EGLER, 2003, p. 125-126).

O discurso da integração territorial foi o recurso ideológico encontrado para ampliar o controle do território nacional e encobrir as políticas seletivas espaciais e sociais. Produzindo seu espaço, regulador e organizador, o Estado autoritário criou um espaço “global-fragmentado”, homogeneizado tecnicamente e apropriado seletivamente por objetos técnicos (BECKER; EGLER, 2003, p. 125-126).

O MUNICÍPIO DE DOURADOS: ESTRUTURA E PROCESSO, FORMA E FUNÇÃO

No referido contexto de reestruturação político-econômica em nível mundial, o município de Dourados, que até a década de 1960 não apresentava relevância econômica para o conjunto regional, passou a apresentar expressividade diante da nova ordem sócio-espacial conduzida pelo Estado nacional.

Com base na nova ordem e a fim de elucidar as principais causas da evolução urbana de Dourados, torna-se necessária uma investigação que considere a noção de *processo*, desenvolvida por Santos, como um movimento comum de *estrutura, forma e função*, entendendo, para tanto, a totalidade do real, não por meio de um momento, mas pela totalidade espaço-temporal (SANTOS, 1992).

Assim, o espaço douradense relaciona-se com o fato urbano brasileiro e, desse modo, com parte da sociedade brasileira que, por sua vez, é parte da sociedade mundial. A evolução das estruturas desse município é qualitativamente e quantitativamente diferente, de modo que cada elemento de sua estrutura passa por uma mudança de valor relativa à totalidade social. Segundo Santos,

A mudança de valor é relativa no sentido de que só pode ser apreendida quando relacionada com o total. Assim é que os lugares* combinação localizada de variáveis sociais – mudam também de valor e de papel à medida que a História se desenvolve (1992, p. 67).

As *formas*, que representam as intencionalidades dos agentes produtores (e produzidos) pelas relações sócio-espaciais, observadas no município de Dourados, surgiram ao longo do tempo a fim de desempenharem determinadas funções na sua posição dentro da estrutura produtiva capitalista. A partir das funcionalidades que essas formas-conteúdo desempenham na estruturação do sistema atual global, de acordo com suas especificidades, seus elementos sócio-espaciais se inter-relacionam em diferentes escalas e complexificam suas relações no ritmo da evolução histórica da sociedade.

No princípio Dourados era povoado, de maneira dispersa, por diversificada população indígena dos grupos Terena, Guarani-Kaiowá e Guarani-Nhandeva. Contudo, após a Guerra do Paraguai, a região que compreende atualmente o sul do território de Mato Grosso do Sul passou a conter aspectos que o articulariam ao sistema capitalista. Este sistema evoluía para a sua fase imperialista, o que contribuiu para que grandes empresas de capital de origem estrangeira ocupassem a região e desenvolvessem novas ações e objetos que a articulariam à dinâmica econômica mundial, contudo, de maneira fragmentada, pois o território era usado para atividades externas à realidade local.

Dentre as empresas estrangeiras, destaca-se a Companhia Matte Laranjeira, que, em 1892, adquiriu o monopólio de exploração dos ervais nativos de vasta área que compreendia o equivalente a todo o sul de Mato Grosso do Sul. Relevante agente na transformação do espaço da época, esta Companhia foi responsável pela construção de importantes infraestruturas. Suas intervenções abrangeram construções de redes de esgoto, de água, de eletricidade, abertura de trechos de ferrovia, além de hospitais, cinemas, quadras de esportes, cassinos etc equiparando a estrutura da sua fazenda-sede como a de grandes centros urbanos da época (BATISTA, 1995).

A Matte Laranjeira deteve a concessão exclusiva de uma área que chegou a 3 milhões de hectares e apresentou grande lucratividade. Em 1924, chegou a realizar empréstimos ao Governo do, ainda unificado, Estado de Mato Grosso, atingindo rendimento seis vezes maior do que a receita estatal (BATISTA, 1995). Segundo Abreu (2001), a Companhia representou os primeiros passos do grande capital no *espaço mato-grossense*, ntudo teve papel secundário comparado à base da economia regional, que era a pecuária, por se tratar de uma atividade voltada *para fora* (p. 48).

O processo evolutivo da produção do(s) espaço(s) regional(is) à luz da totalidade social brasileira, desenvolvido na consolidação do moderno aparelho de Estado promovido por Vargas a partir de 1937, faria com que surgissem novas (re)significações no território de Dourados. Outras formas e funções foram introduzidas e romperiam com a ordem espacial pré-estabelecida.

Inicialmente, o domínio exclusivo da Matte Laranjeira foi visto com descontentamento, pois a política de nacionalização das fronteiras objetivava a soberania nacional diante do capital externo. Com o passar do tempo, novas bases para a consolidação do capital no País foram traçadas, tendo o viés da industrialização como elemento para a urbanização e desenvolvimento nacional.

Por meio da unidade territorial nacional como simbolismo de legitimação do Estado, a ideologia autoritária articulou as tradicionais elites agrárias, que segurariam as possíveis pressões dos trabalhadores do campo/no campo. O emergente setor industrial beneficiou-se, pois foi induído numa coalizão de poder que garantiu as ações da política econômica de desenvolvimento da indústria no Sudeste. Com isso, deu-se início ao processo de modernização conservadora do País.

Para a região de Dourados, incentivou-se a colonização em duplo sentido. Povoar a área até então vista como vazia, frente ao referencial capitalista do Sudeste, e conter os conflitos fundiários das outras regiões do País. Assim, foram criados: o território nacional de Ponta Porã, em 1943, e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), implantada em 1948. A CAND recebeu grande contingente de migrantes nordestinos, gaúchos, mineiros e paulistas interessados em ocupar uma área de 300.000 hectares divididos em lotes de 30 hectares, em média, oferecidos gratuitamente.

Segundo o Relatório da Administração da Colônia, em 1948, a CAND apresentou significativa produção comercializada³, contudo, devido à falta de infraestruturas, ou de qualquer política de incentivo à produção comercial, a situação dos colonos foi reduzida à produção de subsistência. Com o passar do tempo e após a extinção da CAND, em 1968, os colonos se viram obrigados a vender seus lotes, transferindo-se para as cidades surgidas na região, transformando-se em mão de obra barata, ou migrando para a abertura de novos loteamentos no norte do País. Isso revela o real sentido do planejamento estatal da época, descompromissado com as especificidades regionais e com as populações locais.

A partir da década de 1960 novas formas foram produzidas no território decorrentes da interiorização da divisão do trabalho assumida pelo País na economia mundial. Visando à integração nacional, o território passou a ser gerido com o fim de articular as diferentes regiões ao Sudeste. São Paulo representava, nesse contexto, a área *core* do país, “sendo o centro de decisão da nação e sede das iniciativas que organizam o espaço” (BECKER, 1972, p. 104); o restante do território brasileiro situava-se na condição de *periferia*⁴ e passaria a realizar determinadas *funções* de complementaridade ao centro motor do País.

A política para a integração da região Centro-Oeste foi pautada no cultivo de cereais e na criação de vias de circulação. O café havia sido introduzido na região sul do Mato Grosso na década de 1950, apesar de não ter obtido subsídios para sua expansão devido às condicionantes climáticas e econômicas. Além dele, outras culturas que abasteceriam o Sudeste que se industrializava (arroz, feijão, milho e amendoim) foram introduzidas nos municípios da região de Dourados, vistos como *nova fronteira* e que logo sucumbiriam à expansão do cultivo do binômio trigo-soja.

O espaço brasileiro passou a ser planejado para melhor responder à dinâmica de reprodução capitalista vigente, amparada no progresso técnico-científico. A expansão da fronteira capitalista para a região Oeste promovida pelo Estado foi consolidada pelo cultivo da soja nos cerrados, introduzida pelos migrantes gaúchos, os “granjeiros”, que passaram a desenvolver em Dourados uma agricultura incorporada de novas técnicas.

As ações desempenhadas pelo governo militar para racionalizar os espaços regionais diante da política de inserção nacional na economia mundial, por meio dos sucessivos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's), cristalizaram uma ordem espacial que só começou a indicar sinais de transformações diante da reestruturação econômica mundial, sob a égide da globalização. Com esse processo, novos atores passaram a intervir no ordenamento territorial partindo de novas articulações entre tempo e espaço.

Entretanto, foi no período de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), autarquia criada no ideário dos PND's, que Dourados adquiriu as condições que o fariam importante centro urbano regional na porção sul do Estado, a partir da consolidação do complexo agroindustrial introduzido pelo cultivo do *commodity* soja.

As ações de Planejamento territorial do Estado resultaram em estímulos, como crédito rural; programas de investimento; criação de infraestruturas (ampliação de estradas, rede de energia elétrica, armazéns, assistência técnica etc); leis de incentivos fiscais etc, que foram amplamente realizados⁵. Esses estímulos foram necessários para maior produção e facilidade de escoamento da produção regional, o que alterou novamente o espaço de Dourados em consideráveis amplitudes.

O avanço da *fronteira* para a região, um “processo de integração de um espaço geográfico à economia nacional e global, através da expansão territorial da agricultura capitalista” (SILVA, 2003, p. 19) produziu, para Dourados, novas configurações espaciais, tanto em suas relações produtivas, quanto em sua estrutura fundiária, que tiveram o Estado como principal ator na incorporação desse conteúdo expropriador “desterritorializador/reterritorializador de tempos sociais divergentes” (SILVA, 2003, p. 21). Essa nova realidade atraiu grande contingente populacional, proveniente de diversos lugares, não mais atraídos pela doação de terras para cultivos de subsistência, como os primeiros colonos, mas pela disponibilidade de terras a baixo custo e pela concessão de crédito rural.

A idade passou, então, por transformações em sua composição demográfica, conforme observado no quadro 1, e teve um intenso crescimento da população urbana em consequência do êxodo rural.

QUADRO 1. EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS							
Pop.	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Urbana	1.821	4.730	16.468	31.599	84.849	122.856	149.928
Rural	13.164	18.104	68.487	47.587	21.644	13.128	15.021

Fonte: IBGE.

A inserção do município nessa política de governo, voltada para o mercado externo, produziu profundas transformações no seu espaço geográfico. Desse modo, houve a introdução de novas formas-conteúdo que representam novos modos de fazer e de viver. Com o aumento da população urbana e a chegada de mão de obra especializada, formada por engenheiros, agrônomos e outros técnicos, que passaram a trabalhar para essa estrutura, criaram-se novos padrões de consumo. Esse fomento na ampliação comercial de Dourados promoveu um processo de diversificação econômica que o elevaria à posição de principal centro regional, submetendo os municípios vizinhos à sua área de influência.

A cidade de Dourados teve a possibilidade de centralizar estruturas que a consolidaram como importante cidade-referência. Sob essa ótica e com a divisão efetiva do Estado do Mato Grosso, em 1979, reforçou-se o discurso progressista sobre a potencialidade de Dourados como pólo regional na obtenção de maior atenção e investimentos locais. Assim,

As formas anteriores seja a pequena produção de subsistência e/ou de venda de excedentes dos antigos colonos, o velho latifúndio pastoril e outras, ainda subsistem e cumprem um papel, mas não são mais as formas dominantes, não são as peças-chaves que movem o atual dinamismo econômico que revoluciona e molda um novo perfil não apenas para a agricultura, mas para a totalidade social dessa porção do Mato Grosso do Sul meridional (SILVA, 1992, p. 94).

O espaço produzido passou a conter um conjunto de ações e objetos condizentes com a racionalidade pretendida. Os elementos que compõem a cadeia produtiva da soja congregaram estruturas que dotaram o espaço urbano de Dourados de maior complexidade. Sobre a consolidação do complexo agroindustrial nessa região, Silva (1992) afirmou:

O capital agroindustrial que, ao apropriar esse espaço, montou uma “engrenagem” de produção (que também é de distribuição, circulação e consumo) e, em tal movimento revolucionou o aparelho produtivo rural-urbano (ao industrializar a agricultura), alterou o quadro anterior das relações de trabalho, além de promover o rearranjo do espaço regional (p. 27).

Pensar a cidade⁶ e o urbano implica considerações como produção material⁷ e simbólica, evolução histórica, trocas e divisão do trabalho. A divisão do trabalho que inclui, por exemplo, cidade e campo, expressa fragmentação, porém complementaridade, ao promover trocas.

Ao pesquisar a incorporação do modo de vida urbano na porção sul de Mato Grosso no início do século XX, Oliveira Neto analisa, pela ótica marxista,

a relação geral da produção com a distribuição, troca e consumo, em que “a intensidade das trocas é determinada pelo desenvolvimento e articulação da produção” (MARX *apud* OLIVEIRA NETO, 2006, p. 205-206).

Nesse sentido, produções especializadas, como as desenvolvidas no território de Dourados, implicam maior necessidade de complementaridade, gerando maior mercado de trocas. Ainda segundo o autor, o consumo de novas mercadorias traz a incorporação de novas ideias e valores que, garantidos pelas vias de comunicação (sejam vias de transporte ou informacionais), territorializam novas relações⁸. Assim, observou-se no território, da mesma maneira que em outros centros regionais, uma nova realidade urbana que, de acordo com Lavinias,

Além da multiplicação de casas comerciais de compra e venda de produtos agrícolas, o crescimento acelerado daquelas voltadas para atender os padrões de consumo tipicamente de classe média urbana, tais como restaurantes, clubes de lazer, cursos de aperfeiçoamento, etc. Essa nova realidade urbana é, pois, também produto de uma certa cultura metropolitana, aquela das classes sociais que aí se territorializam no lastro da expansão da agroindústria, e cuja identidade social não se constrói somente a partir do controle e propriedade dos meios de produção (*apud* SILVA, 1992, p. 236).

Desse modo, pode-se dizer que a formação econômico-social (e espacial) de Dourados está intrínseca a essa produção do espaço “global-fragmentado”, apropriado pela homogeneidade técnica. Sua cristalização enquanto município-centro condiciona-se pela nova divisão territorial do trabalho, caracterizada pelo processo de descentralização seletiva de atividades que conduz aos diversos territórios novas funcionalidades.

A partir de então, novos mecanismos de intervenção passaram a atuar em Dourados, produzindo um conjunto de objetos coerentes com as articulações externas de que participa⁹. Iniciadas pela modernização da agropecuária, as ações de atores hegemônicos ligados ao capital agroindustrial geraram um processo de industrialização da produção no fim da década de 1980¹⁰ e, atualmente, envolvem relações urbanas diversas em múltiplas escalas e esferas, apresentando uma estrutura espacial mais complexa.

Segundo Silva (*op. cit.*, 2003), a partir de 1990, as transformações pelas quais tem passado a agricultura brasileira, sob o signo da globalização, têm posto em xeque as noções de Complexo Agroindustrial (CAI) como categoria de análise para estudos que almejem a Geografia de determinado lugar inserido na dinâmica do agronegócio e ressaltado o papel das corporações que passaram a atuar nesses espaços.

Para o autor, as ações de conglomerados extrapolam as esferas produção-industrialização-comercialização. Situadas sob a égide do Estado neoliberal, concorrem num processo de integração competitiva do mercado

mundial, redefinindo os espaços de articulação e gestão territorial das diferentes atividades. Da mesma forma, os conglomerados polarizam alianças estratégicas com diferentes agentes (inclusive concorrentes), em diferentes escalas, desde local à global, como agricultores, corporação nacional e transnacional, *tradings* transnacionais, poderes públicos federal, estadual e municipal e outros grupos que garantem a flexibilização de suas ações.

Nesse contexto o Estado tem seu papel redefinido, atuando de forma diferente quando à expansão e à consolidação dos complexos agroindustriais, no sentido de conceder créditos rurais e investimentos em pesquisas e redes técnicas.

Dessa maneira, ao surgirem novas formas de organização produtiva, permeadas pelas interações dessas empresas multilocalizadas e multifuncionais (SILVA, op. cit, 2003), surgem também novas formas de ordenamento territorial que podem refletir essas interações em rede altamente seletivas e de alcance global.

A intencionalidade dos novos atores que atuam na produção desses espaços expressa a dimensão espacial das transformações ocorridas no fim do século passado no sistema capitalista, impulsionadas pelo progresso técnico-científico sob o contexto de novas articulações entre tempo e espaço (BERNARDES, 2005, p. 326).

Sob o paradigma da globalização, o desenvolvimento da informação conduz a produção e a supressão do espaço pelo tempo, e novas conexões em escala mundial articulam relações dadas em pontos diferentes do planeta, com objetivo em comum. Assim, passaram-se a controlar os ritmos das pessoas e dos lugares, e suas produções refletem tais signos, mostrando a quem serve o espaço organizado.

CONCLUSÕES

A proposta deste trabalho, de analisar as mudanças na organização dos espaços urbano e rural de Dourados, Mato Grosso do Sul, a partir da expansão do cultivo comercial da soja, levou à busca pelo entendimento de como se consolida o papel urbano do município no contexto de novas funcionalidades dadas aos territórios a partir da década de 1970, quando a Dourados cõebe a função de centro urbano regional.

As formas observadas no território de Dourados surgiram, ao logo do tempo, a partir das funcionalidades que desempenham na estruturação do sistema global de produção capitalista. Pode-se dizer que hoje suas produções se diversificaram, a cidade do campo abriga também conjuntos de ações e objetos que a caracterizam dinamismo e complexidade em suas relações. Contudo, em sua formação econômico-social (e espacial), traz conteúdos que refletem hierarquia e seletividade, “dado novo na história dos territórios” (SANTOS, 2000, p. 26), decorrentes da história das técnicas hegemônicas que permeiam as produções sócio-territoriais.

A excludão gerada por tal seletividade é mais acentuada em regiões agrícolas modernas, como Dourados, que acabam por se adaptar com maior rapidez à racionalidade hegemônica, mostrando sistemas de vida reflexos em relação ao meio (SANTOS, 2000, p. 93), à medida que as determinações não são dadas ali, indicando processos desterritorializadores das produções locais, ao ignorar as possibilidades das territorialidades locais, como sua população indígena, e suas horizontalidades.

Sob a égide da globalização, observam-se novas regionalizações condizentes com o novo modelo de acumulação do capital, assim como novas (re)significações surgem ao tempo do capital, e nos territórios novas funções são desempenhadas. Atividades como a cultura comercial da soja são produto e condição de espaços produzidos pela racionalidade vigente, que sobrepõe às características naturais dos lugares novos conjuntos de objetos. Atuando de maneira pontual e seletiva, de acordo com o interesse longínquo, de imperativa velocidade, essas atividades geram “espaços sem infância”, produzidos intencionalmente para determinado fim, ainda que externo à vida local, em contraponto ao tempo da realidade vivida.

NOTAS

* Bacharel em Geografia pela UFMS. Mestranda em Geografia pela UFRJ.

** Professor da UFMS/Câmpus de Aquidauana, docente do Mestrado em Estudos Fronteiriços da UFMS/Câmpus do Pantanal.

¹ Segundo Milton Santos, estaríamos vivendo num meio técnico-científico-informacional. Em *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, de 2002, ele afirma que “Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação” (p. 238). Assim, com base na informação proveniente de centros decisores externos aos territórios estes são requalificados a fim de permitirem a efetivação da circulação, base do processo produtivo hegemônico.

² Concordamos com Rogério Haesbaert Costa, para quem o território é identificado como “o conjunto das experiências ou relações de domínio e apropriação no/com/através do espaço” (2006, p. 78) e territorialidade, a expressão dessas experiências ou relações de poder.

³ Cultivos de: milho - 4.440.000 kg, feijão - 690.000 kg, arroz - 750.000 kg e farinha de mandioca: 840.000 kg (Relatório de 14/09/1949, citado em SANTOS, 2001, p. 58).

⁴ “A construção de Brasília no Planalto Central, um velho sonho desde o Império, tem um significado simbólico, de que o governo Kubitchek estaria de fato construindo um “novo Brasil” em cinco anos, e de legitimação do seu poder por todo o território nacional. Teve um significado político, isolando o poder central das pressões políticas da sociedade “costeira” [...] E teve também um significado econômico. Situada em posição estratégica, [...], a nova capital tornou-se o ponto de convergência das grandes rodovias de acesso ao Sul, Leste, Nordeste, e de penetração no Norte e no Oeste. Neste processo, esfacelou-se a estrutura espacial em “arquipélago”, substituída por um tipo de centro periferia” (BECKER; EGLER, 2003, p. 87)

⁵ Data de 1973 a criação da EMBRAPA no município, nova forma-conteúdo que expressou o contexto histórico de abertura para a agricultura comercial com o incremento técnico no processo produtivo.

⁶ A ideia conceitual aqui tratada por cidade parte do recorte temporal do aparecimento e fortalecimento da burguesia europeia que, com sua rede de cidades mercantis estabeleceu o comércio mundializado característico do Sistema-Mundo Moderno-Colonial (Cf. GONÇALVES, C. W. P; COSTA, Rogério H., 2006)

⁷ Para Silva, “cidade pode ser entendida como trabalho humano materializado e que se constitui como produto, condição e meio das relações oriundas do respectivo modo de produção [...]” (2006a, p. 66). Contudo, de acordo com Lefebvre (1999), não se pode reduzir a produção de uma sociedade à aceção dos economistas, e sim dos sentidos herdados por Hegel, onde tudo é produção. “Há produção das representações, das idéias, das verdades [...], das ilusões e dos erros. Há produção da própria consciência.”(p. 45). Assim, “Produzir para uma sociedade é produzir acontecimentos, história [...]” (p. 84).

⁸ Os granjeiros apresentam padrão e consumo fortemente mercantilizados e padronizados, sua família apresenta padrão típico de classe média, e não de autoconsumo, portanto, não mais garantido nos limites da exploração (estabelecimento rural) que, ao especializar-se, transfere para o mercado funções antes supridas internamente. (SILVA, op. cit, 1992, p. 235)

⁹ Em seu território, Dourados possui instaladas unidades de grandes grupos, como Coagri, Cargil, Avipal e Bunge.

¹⁰ Sobre o processo de agroindustrialização de Mato Grosso do Sul (Cf. OLIVEIRA, 2003).

REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições*. Tese (Doutorado em Geografia)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BATISTA, Luís Carlos. *Cadernos de formação: processo de organização do espaço agrário do Mato grosso do Sul*. Campo Grande: CEUA/UFMS, 1995.

BECKER, Berta; EGLER, Cláudio. *Brasil: uma potencia regional na economia-mundo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BECKER, Berta. Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 34, n. 4, 1972.

BERNARDES, Júlia A. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, Iná E.; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César C. (Org.) *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A Rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Jodival M. da; UEDA, Vanda. Redes e territórios: notas sobre reticulação espacial. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-

- GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA (ANPEGE), 7. 2007. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2007.
- COSTA, Rogério Haesbaert. *O Mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GONÇALVES, C. W. e COSTA, Rogério H. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Trad. Maria Helena R. Ramos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Agroindústria e reprodução do espaço*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.
- OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *A incorporação do modo de vida urbano na região de fronteira do Sul do território mato-grossense no início do século XX*. In: ESPÓSITO, Maria E.; WHITAKER, Arthur M. (org.) *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SANCHÉZ, Joan-Eugeni. Ambigüidades da divisão territorial: desenvolvimento harmônico ou exclusão dos circuitos produtivos? In: BECKER, Berta; MIRANDA, Mariana. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SANTOS, Vicência D. G. dos Santos. A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul Meridional. *Revista de Geografia*, Campo Grande, MS, n. 13, p. 54-60, jan./jun., 2001.
- SILVA, Carlos Alberto F. da. *Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira*. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.
- SILVA, M. C. T. *Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- SILVA, William R. *Reflexões em torno do urbano no Brasil*. In: ESPÓSITO, Maria E.; WHITAKER, Arthur M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.